



CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2012

Tema: FRATERNIDADE E SAÚDE PÚBLICA

Lema: "Que a saúde se difunda sobre a terra". (cf. Eclo 38,8)

**CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB
CÁRITAS BRASILEIRA – CB
FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE – FNS
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**

Fundo Nacional de Solidariedade – FNS

A constituição dos Fundos de Solidariedade passa pelo histórico da Campanha da Fraternidade, iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, realizada desde 1964, e que convida os católicos para refletir e agir na ajuda aos mais pobres e vulneráveis. Os Fundos de Solidariedade estão ligados à superação de ações assistencialistas junto a comunidades pobres. Trata-se de uma importante ferramenta de emancipação cidadã, visto que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento comunitário com base nas necessidades, práticas e culturas locais, priorizando financiamentos a empreendimentos autogestionários e ambientalmente sustentáveis.

O Fundo Nacional de Solidariedade – FNS e os Fundos Diocesanos de Solidariedade – FDS nasceram a partir da reflexão e da constatação das dificuldades enfrentadas pelos grupos comunitários para obtenção de financiamentos para seus empreendimentos locais, baseados em suas necessidades, práticas e culturas.

Assim, em 1998, em sua 36^a. Assembléia Geral, a CNBB institui o FNS e os FDS para atendimento de demandas a projetos sociais. O FNS e os FDS são formados com os recursos da Coleta Nacional da Solidariedade, gesto concreto da Campanha da Fraternidade, promovida pela CNBB. Os fundos são compostos da seguinte maneira: 60% do total da coleta permanecem na diocese de origem e compõem o FDS. Os recursos são destinados ao apoio de projetos sociais da própria comunidade diocesana. Os 40% dos recursos restantes compõem o FNS que são revertidos para o fortalecimento da solidariedade entre as diferentes regiões do País, ou seja, as que possuem mais recursos contribuem para o desenvolvimento dos povos menos favorecidos.

Os Fundos de Solidariedade, mais do que mecanismos de financiamento de projetos, são instrumentos da economia comunitária a serviço do desenvolvimento local, visto que os projetos sociais devem cumprir um papel de fortalecimento das organizações locais, das dinâmicas geradoras do desenvolvimento local/comunitário, econômico e social. Daí o caráter pedagógico não assistencialista dos Fundos Solidários, pois agrega processos de formação cidadã para ampliação e conquista de direitos às ações de desenvolvimento, e, também, tece laços de solidariedade no que tange à priorização das regiões mais empobrecidas e necessitadas.

A Cáritas Brasileira teve papel importante na criação do FNS e dos FDS.

A experiência na gestão de fundos de apoio a pequenos projetos, ancorada numa perspectiva pedagógica não assistencial e sustentada por formas de relações de trocas comunitárias solidárias – próprias das culturas locais –, financiadas com recursos da Cooperação Internacional, credenciou a Cáritas Brasileira para assumir os processos de animação, administração e gerência do FNS. A Cáritas compõe o Conselho Gestor do FNS – instância de aprovação das iniciativas a serem apoiadas pelo Fundo.

As ações apoiadas pelo FNS contribuem para a melhoria das condições de vida de muitas pessoas. Os projetos apoiados por este fundo priorizam ações de formação de agentes de mudanças baseado nos princípios da construção coletiva de conhecimentos da realidade.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Cáritas Brasileira celebraram convênio de cooperação que prevê que o Banco apoiará, com a metade dos valores, os projetos produtivos aprovados pelo FNS. Esse fato possibilita a ampliação dos recursos do FNS para apoio a projetos que contribuam para a redução das desigualdades e a promoção da inclusão social.

A parceria possibilita a ampliação das ações do FNS via promoção de atividades econômico-produtivas para geração de trabalho e renda ancorada nos princípios da Economia Solidária; da autogestão; da agroecologia; da segurança e soberania alimentar, nutricional e hídrica; criação de pequenos animais; hortas medicinais; fitoterápicos; tecnologias sociais; atividades de agroflorestas; dentre outras.

Campanha da Fraternidade 2012 – FRATERNIDADE E SAÚDE PÚBLICA

A Igreja no Brasil manifesta a sua preocupação com a realidade social da população de forma constante. Uma das formas para convidar os fiéis a refletir sobre a realidade social do nosso país é por meio da eleição dos temas que regem as Campanhas da Fraternidade (CF). Durante todos esses anos a CF reaviva nos fiéis a consciência de que são membros do povo de Deus, co-responsáveis por toda a comunidade da Igreja local, diocesana, nacional e universal e são chamados a servir todos/as, especialmente os excluídos/as.

Em 2012, pela terceira vez, a Igreja elege o tema da Saúde para dialogar com os fiéis na Campanha da Fraternidade. O primeiro convite para falar sobre o tema foi em **1981 – Saúde para Todos**. Nessa oportunidade a campanha contribuiu para a reflexão do conceito de saúde de forma múltipla, ou seja, saúde não é apenas não portar enfermidade, doença. Naquele ano as discussões giraram em torno dos mecanismos para melhoria das condições de saúde do povo, traduzidas em múltiplas ações comunitárias na busca do aprimoramento da organização política com o objetivo de efetivar e conquistar direitos, livre expressão dos interesses e necessidades de todos os grupos sociais, distribuição equitativa dos benefícios do trabalho. Saúde é bem viver, é liberdade, é prática de hábitos saudáveis. Saúde é melhoria das condições de vida e trabalho, é acesso a necessidades básicas de alimentação, habitação, locomoção, educação, higiene, saúde.

A CF de 1981 contribuiu para a reflexão nacional do conceito ampliado de saúde e também para as discussões que desembocaram na Assembléia Nacional Constituinte de 1988 e para a efetivação do Sistema Único de Saúde – SUS.

Em **1984**, pela segunda vez, o tema eleito para discussões na CF foi saúde. Essa campanha reforçou os princípios norteadores da valorização da vida (CNBB, 2011 – Texto-Base da CF 2012, p. 20). Com o tema **Para que Todos tenham Vida**, a Igreja reuniu e mobilizou os cristãos para refletir e agir sobre todos os aspectos da vida, na sua unidade espírito que as comunidades cristãs e para o povo brasileiro a fim de que, dentro de um panorama de sombras e de atentados à vida, sentissem a luz de Cristo, que vence o egoísmo, o pecado e a própria morte, reforçando os princípios norteadores da vida (CNBB, 2011 – Texto-Base da CF 2012, p. 20).

Todas as campanhas consideram um conceito amplo de saúde e refletem a preocupação com a vida e a saúde das pessoas e do planeta. Em 2011, o tema foi Fraternidade e a Vida no Planeta, visto que o ar que respiramos, os alimentos que comemos refletem diretamente na nossa qualidade de vida e na nossa saúde.

Em **2012**, a Campanha da Fraternidade debruça novamente na temática da saúde – **Fraternidade e Saúde Pública**. É impossível imaginar que o Brasil possa completar seu processo de desenvolvimento sem promover uma profunda melhoria em seus serviços de saúde. De um lado, a realidade das longas filas que se somam às demoras na marcação de exames na rede pública e, de outro lado, a má qualidade dos planos privados pelos quais é cada vez mais difícil realizar procedimentos de alta complexidade. O quadro é, portanto, de carência e crescente insatisfação com a saúde como um todo. Esse quadro precisa ser superado!

É preciso debater sobre as necessidades de financiamento para o SUS (Sistema Único de Saúde), para que este atenda à determinação constitucional de universalização do sistema com qualidade. E há razões para isso: de acordo com o IBGE, enquanto os mais ricos usam a maior parte de seu orçamento com saúde no pagamento dos planos privados, os mais pobres têm os remédios como item de maior consumo de seus gastos com saúde (CNBB, 2011 – Texto-Base da CF 2012). Por essa razão, não se pode admitir que parte da estrutura do SUS seja destinada aos usuários de planos privados que pagariam para “furar a fila” na rede pública.

É necessário debater com a sociedade os motivos do subfinanciamento do SUS em contraste com o que se paga em juros com a dívida pública. Em 2009, enquanto os juros drenaram 45% do orçamento geral da União, o SUS recebia 4%. Isso significa 11 vezes mais de dinheiro destinado aos juros, amortizações e refinanciamento da dívida pública do que o montante utilizado em saúde pública!

A CF 2012 é momento para qualificar as comunidades para acompanhar as ações da gestão pública, exigir a aplicação dos recursos públicos com transparência e difundir dados e qualificar as comunidades para acompanhamento dos orçamentos e gastos municipais, estaduais e federal na área da saúde. Essas são tarefas encampadas pela Campanha de 2012.

É preciso enfrentar as questões do financiamento da saúde pública, da qualidade dos serviços prestados e as necessidades da população, com senso de justiça social, caso contrário não alcançaremos o nível de desenvolvimento que buscamos, com avanços na rede física de saúde pública e na qualidade de seus serviços.

Em suma, as campanhas de 1981, 1984 e 2012 chamam os fiéis para refletir sobre a realidade da saúde, a necessidade de ampliação dos serviços e a correção de suas distorções para o atendimento às necessidades da população. A participação do povo no processo e nas discussões das políticas de saúde é fundamental para a valorização efetiva dos recursos locais disponíveis na busca de soluções para os problemas de saúde das comunidades, a destinação dos recursos públicos para a saúde, privilegiando a assistência preventiva sobre a curativa, entre outros.

Critérios para Aprovação de Projetos

Em 2012 serão priorizados os projetos que dialoguem com o objetivo da CF 2012: *“refletir sobre a realidade da saúde no Brasil em vista de uma vida saudável, suscitando o espírito fraterno e comunitário das pessoas na atenção aos enfermos e mobilizar por melhoria no sistema de saúde”*.

Os projetos submetidos ao FNS devem estar comprometidos com os objetivos específicos da CF 2012:

(a) disseminar o conceito de bem viver e sensibilizar para a prática de hábitos de vida saudáveis;

(b) sensibilizar as pessoas para o serviço aos enfermos, o suprimento de suas necessidades e a integração na comunidade;

(c) alertar para a importância da organização da Pastoral da Saúde nas comunidades: criar onde não existe, fortalecer onde está incipiente e dinamizá-la onde ela já existe;

(d) difundir dados sobre a realidade da saúde no Brasil e seus desafios, como sua estreita relação com os aspectos sócio-culturais de nossa sociedade;

(e) despertar nas comunidades a discussão sobre a realidade da saúde pública, visando à defesa do SUS e a reivindicação do seu justo financiamento;

(f) qualificar a comunidade para acompanhar as ações da gestão pública e exigir a aplicação dos recursos públicos com transparência, especialmente na saúde.

Os projetos apoiados devem alavancar processos que apontem para políticas públicas; indiquem o acesso a recursos públicos, dado que as ações apoiadas não devem substituir as obrigações do Estado; promovam a experimentação de gestos concretos de alternativas que apontem para a superação do atual modelo de desenvolvimento.

Eixos

As propostas apresentadas devem contemplar os eixos:

EIXO 1: Formação e Capacitação

Objetivo: viabilizar meios para a formação de pessoas e/ou grupos (formais e informais) no tema da CF 2012, criando redes de multiplicadores que possam refletir e monitorar as políticas públicas relacionadas à saúde em todo território brasileiro.

Foco: (1) formação direcionada para o monitoramento de políticas públicas de saúde; (2) capacitação para participação cidadã, autogestão, gestão compartilhada; (3) formação de valores de solidariedade que se contraponham aos valores de relações sociais que acentuam as desigualdades; (4) formação de redes de educadores/as e de agentes de desenvolvimento comunitário; (5) formação para implantação e manejo de hortas medicinais a partir dos princípios da agroecologia; (6) disseminação dos conhecimentos populares da fitoterapia.

EIXO 2: Mobilização para conquista e efetivação de direitos

Objetivo: criar condições para que as comunidades pratiquem o bem viver e adotem práticas de hábitos saudáveis, bem como difundir dados sobre a realidade da saúde no Brasil e seus desafios, e também, qualificar a comunidade para acompanhar as ações da gestão pública e exigir a aplicação dos recursos públicos com transparência, especialmente na saúde.

Foco: (1) campanhas e mobilizações para a melhoria dos serviços de saúde; (2) defesa do SUS: despertar nas comunidades a discussão sobre a realidade da saúde pública, visando à defesa e ao justo financiamento da saúde; (3) qualificação das comunidades para acompanhamento das ações da gestão pública e para exigir a aplicação dos recursos públicos com transparência, especialmente na saúde; (4) práticas comunitárias de saúde; (5) valorização do trabalho das parteiras tradicionais; (6) valorização dos “conhecimentos tradicionais”: indígenas, quilombolas; (7) segurança e soberania alimentar, nutricional e hídrica.

EIXO 3: Superação de vulnerabilidade econômica e geração de renda (projetos produtivos)

Objetivo: contribuir com processos e experiências que apontem alternativas e a disseminação do desenvolvimento local a partir da solidariedade e do respeito aos conhecimentos dos atores, à diversidade étnica, cultural e religiosa como elementos fundamentais na economia e na geração de trabalho e renda nas comunidades – autogestão, comércio justo, redes produtivas, fundos solidários.

Foco: (1) redes de produção, comercialização e consumo solidários, trocas solidárias, sistemas de marcas e selos de identidade; (2) experiências de processamento da produção – beneficiamento de frutas e verduras, de carnes, de leite, de mel; pequenas fábricas de doces, de queijos, dentre outras; (3) redes de Fundos Rotativos Solidários e de bancos comunitários; (4) reciclagem de materiais; (5) agroflorestas; (6) produção agroecológica e recuperação do meio ambiente; (7) valorização das práticas de saúde e alimentação tradicionais.

Princípios Orientadores para elaboração de projetos para o FNS

- 1) As propostas apresentadas ao FNS devem atender os **eixos** e seguir Roteiro para apresentação de projetos da CF 2012 – **Fraternidade e Saúde Pública (Anexo I)**.
- 2) Todos os projetos devem ser acompanhados de **Carta de apresentação dos Bispos Diocesanos, Regionais ou Referenciais** (projetos diocesanos: Bispo Diocesano, projetos regionais ou nacional: Bispo Regional ou Referencial de acordo com a abrangência das ações propostas).
- 3) Os projetos devem apresentar contrapartida local, regional ou nacional: monetária ou em bens e serviços.
- 4) Serão priorizados projetos de caráter inovador e com potencial multiplicador.
- 5) Os projetos devem apresentar **indicativos de continuidade das ações**.
- 6) Os projetos devem responder a problemas ou necessidades das comunidades, grupos sociais e/ou do conjunto de comunidades e/ou segmentos de excluídos/as.
- 7) O FNS não apóia projetos para manutenção institucional: sustentação de estruturas (telefone, energia elétrica, água), salários de técnicos, material de escritório e de limpeza.
- 8) Os orçamentos devem ser compatíveis com as atividades propostas nos projetos e não contemplam despesas alheias a sua realização.
- 9) Devem ser garantidos mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos projetos apoiados pelo FNS. No caso de projetos de base local, o proponente deverá indicar uma organização/entidade que se responsabilizará por seu acompanhamento. No caso de projetos de articulação, mobilização e animação, a entidade proponente deve indicar eventos de monitoramento, avaliação e relatórios com responsáveis pela execução da proposta.
- 10) Todos os projetos devem prestar contas de sua realização: projetos de formação e capacitação devem ser acompanhados de lista de presença dos participantes e fotos dos eventos; projetos de construção devem ser acompanhados de fotos das diferentes fases do processo de edificação.
- 11) Todos os projetos apresentados ao FNS que resultem em retornos para o proponente (grupo, associação, comunidade) deverão propor formas para efetivar a devolução solidária dos recursos recebidos (em dinheiro ou em produto).
- 12) O FNS apóia um mesmo projeto, de uma mesma entidade, no máximo por três vezes.

- 13) Entidades/organizações que receberam apoio do FNS em anos anteriores só terão projetos aprovados mediante prestação de contas dos recursos recebidos anteriormente e indicação dos resultados das ações desenvolvidas.
- 14) O Conselho Gestor do FNS é a instância responsável pela aprovação dos projetos.
- 15) O Conselho Gestor do FNS e/ou a Cáritas Brasileira poderão solicitar esclarecimentos ou modificações nos textos dos projetos, quando julgar necessário.
- 16) Os projetos produtivos do **Eixo 3** devem, também, apresentar uma carta de entidade social se comprometendo a acompanhar o desenvolvimento das ações propostas.
- 17) Os projetos produtivos do **Eixo 3** devem vir acompanhados, obrigatoriamente, de: (1) três orçamentos de cada item de despesa; (2) licença ou dispensa de licenciamento perante os órgãos ambientais, salvo quando relativos a ações de capacitação para a geração de trabalho e renda; (3) regularidade da propriedade ou da posse do imóvel em que será instalado o empreendimento quando os investimentos forem direcionados para obras civis; (4) declaração de adimplência (Modelo **Anexo II**) na qual afirme que não está inscrita no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN; não possui débitos relativos a tributos e contribuições federais, inclusive COFINS e PIS/PASEP, bem como à Dívida Ativa da União; está regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; não possui débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros; não consta em seus quadros pessoa que tenha sido diplomada ou empossada como deputado/a federal ou senador/a; que está regularmente constituída e possui objeto social e forma jurídica compatível com a atividade apoiada; bem como não possui finalidade lucrativa.

Quem pode enviar projetos ao FNS

Grupos organizados, associações, pastorais, igrejas locais, entidades de apoio a movimentos sociais que estejam habilitadas a trabalhar com as temáticas proposta na CF 2012 – **Fraternidade e Saúde Pública** - e com os segmentos sociais pobres.

Valores máximos apoiados

- Projetos de âmbito local/comunitários: até **R\$ 10.000,00**
- Projetos de âmbito diocesano: até **R\$ 20.000,00**
- Projetos de âmbito de um regional da CNBB ou de um Estado: até **R\$ 35.000,00**
- Projetos de âmbito nacional: até **R\$ 50.000,00**

Como solicitar apoio ao FNS

Eixos 1 e 2

- Enviar os projetos para análise para os endereços eletrônicos: fns@caritas.org.br e projetos@caritas.org.br;
- Enviar uma cópia impressa e assinada do projeto, via Correios, até 15 dias corridos anterior às datas das reuniões do Conselho Gestor, para:

**FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE – FNS
SGAN, Quadra 601, Módulo F
CEP: 70.830-010, Asa Norte, Brasília/DF**

Eixo 3

- Enviar os projetos para análise para os endereços eletrônicos: fns@caritas.org.br e projetos@caritas.org.br e também para os constantes na tabela a seguir, de acordo com os Estados;
- Enviar uma cópia impressa e assinada do projeto, via Correios, até 15 dias corridos anterior às datas das reuniões do Conselho Gestor, para:

**FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE – FNS
SGAN, Quadra 601, Módulo F
CEP: 70.830-010, Asa Norte, Brasília/DF**

REGIONAL	ESTADOS	ENDEREÇOS ELETRÔNICOS
Cáritas Brasileira: Secretariado Nacional	Acre	fns@caritas.org.br ; projetos@caritas.org.br
	Amazonas	
	Distrito Federal	
	Goiás	
	Mato Grosso	
	Mato Grosso do Sul	
	Paraná	
	Rio de Janeiro	
	Rondônia	
	Roraima	
	Tocantins	
Cáritas Brasileira: Regional Norte II	Amapá	caritasn2@caritas.org.br ; caritasn2@gmail.com
	Pará	
Cáritas Brasileira: Regional Nordeste II	Alagoas	caritasne2@caritasne2.org.br
	Paraíba	
	Pernambuco	
	Rio Grande do Norte	
Cáritas Brasileira: Regional Nordeste III	Bahia	caritasne3@caritas.org.br
	Sergipe	
Cáritas Brasileira: Regional Ceará	Ceará	caritaceara@caritas.org.br
Cáritas Brasileira: Regional Maranhão	Maranhão	caritas@elo.com.br
Cáritas Brasileira: Regional Piauí	Piauí	caritas.pi@uol.com.br
Cáritas Brasileira: Regional Minas Gerais	Minas Gerais	caritasmg@caritas.org.br
Cáritas Brasileira: Regional São Paulo	São Paulo	caritas.brasileira@terra.com.br
Cáritas Regional: Espírito Santo	Espírito Santo	caritases@terra.com.br ; caritases@caritas.org.br
Cáritas Brasileira: Regional Santa Catarina	Santa Catarina	caritassc@caritas.org.br
Cáritas Brasileira: Regional Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	caritasrs@caritasrs.org.br

CONSELHO GESTOR DO FNS

- Dom Leonardo Ulrich Steiner (Secretário Geral da CNBB)
- Dom Guilherme Werlang (Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, Justiça e a Paz)
- Francisco Julho (Ecônomo da CNBB)
- Maria Cristina dos Anjos (Diretora-Executiva da Cáritas Brasileira)
- Padre Ari Antônio dos Reis (Representante das Pastorais Sociais da CNBB)
- Padre Luiz Carlos Dias (Secretário-Executivo da Campanha da Fraternidade e de Evangelização)
- Padre Nelito Nonato Dornelas (Representante da Comissão do Mutirão para a Superação da Miséria e da Fome)
- Padre Néelson Rosseli Filho (Representante dos Regionais da CNBB)

CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CONSELHO GESTOR PARA APROVAÇÃO DE PROJETOS

1ª. reunião: 21 de maio de 2012.

2ª. reunião: 31 de julho de 2012.

3ª. reunião: 27 e 28 de setembro de 2012.

4ª. reunião: 29 de novembro de 2012.

DATA LIMITE DE RECEPÇÃO DE PROJETOS (correio eletrônico – e-mail)	ANÁLISE DO PROJETO PELO CONSELHO GESTOR FNS
Até 16/5/2012	1ª. reunião: 21/5/2012
Até 16/7/2012	2ª. reunião: 31/7/2012
Até 12/9/2012	3ª. reunião: 27 e 28/9/2012
Até 14/11/2012	4ª. reunião: 29/11/2012

É obrigatório o encaminhamento do projeto por e-mail e pelos Correios versão impressa e assinada.



ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO

FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE – FNS 2012

TÍTULO DO PROJETO: _____

A instituição JURIDICAMENTE RESPONSÁVEL é a mesma PROPONENTE? () Sim; () Não

Regional da CNBB: _____

Arq/Diocese: _____

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL (Juridicamente)

(Indique os dados da instituição que será responsável por receber os recursos do projeto)

Nome da Instituição: _____

CNPJ: _____

Banco (nome do banco): _____ Agência: _____ Conta: _____

Responsável pela entidade: _____

CPF do/a responsável pela entidade: _____

Responsável pelo Projeto: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ Fax: _____ E-mails: _____

Obs.: CNPJ e conta bancária devem ser da mesma instituição

INSTITUIÇÃO PROPONENTE (preencher somente quando a PROPONENTE não for a juridicamente responsável)

Nome da Instituição: _____

Responsável pela entidade: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

A entidade proponente já foi beneficiada com recurso do FNS? () SIM; () NÃO

Quantas vezes?

Enumere os projetos contemplados com recursos do FNS: (número; ano; título; objetivo; resultados obtidos)

CLASSIFICAÇÃO DO PROJETO

() Projetos de âmbito local/comunitários: até **R\$ 10.000,00**

() Projetos de âmbito diocesano: até **R\$ 20.000,00**

() Projetos de âmbito de um regional da CNBB ou de um Estado: até **R\$ 35.000,00**

() Projetos de âmbito nacional: até **R\$ 50.000,00**

ÁREA DE ABRANGÊNCIA TEMÁTICA

() **EIXO 1:** Formação e Capacitação

() **EIXO 2:** Mobilização para conquista e efetivação de Direitos

() **EIXO 3:** Superação de vulnerabilidade econômica e geração de renda (projetos produtivos)

TIPO DE PROJETO

- Urbano
- Rural
- Urbano/Rural

POPULAÇÃO DIRETAMENTE BENEFICIADA:

- agricultores/as familiares;
- catadores/as de recicláveis;
- trabalhadores/as impactados por grandes empreendimentos econômicos: obras da Copa do Mundo de 2014; hidrelétricas; obras de infra-estrutura; barragens; portos; rodovias; ferrovias, eclusas, terminais hidroviários;
- trabalhadores/as rurais organizados ou em processo de organização em empreendimentos coletivos e/ou de economia solidária;
- trabalhadores/as urbanos organizados ou em processo de organização em empreendimentos coletivos e/ou de economia solidária;
- trabalhadores/as rurais integrados a projetos de assentamento vinculados a programas de reforma agrária;
- povos indígenas;
- populações tradicionais: quilombolas, ribeirinhos;
- moradores de rua;
- População de baixa renda ou em situação de risco e exclusão social;
- Outro:

NATUREZA DA INSTITUIÇÃO

- Arq./Diocese;
- Grupo Organizado;
- ONG;
- Organismos Ecumênicos;
- OSCIP;
- Paróquia;
- Pastoral;
- Outra: _____

DESCRIÇÃO DA ENTIDADE PROPONENTE - *Conte um pouco da história da Entidade: (máximo 1 página)*

APRESENTAÇÃO SINTÉTICA DO PROJETO - *O que vai ser feito? Por que, com quem, como e onde? (máximo ½ página)*

JUSTIFICATIVA *(Aqui deverá ser informado qual a importância do projeto para a comunidade/local) (máximo 3 páginas)*

OBJETIVOS

Geral: *O que se quer alcançar com o projeto?*

Específicos: *Em curto prazo, o que o grupo quer alcançar com o projeto?*

ATIVIDADES

Listas as ações que serão desenvolvidas no período de execução do projeto. (*máximo ½ página*)

DESCRIÇÃO DAS PESSOAS E GRUPOS A SEREM BENEFICIADOS

Nº de homens:

Nº de mulheres:

Nº. de crianças, adolescentes e jovens:

PERÍODO DE EXECUÇÃO (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)

Data de início previsto:

Data do término previsto:

METAS/Etapas: Quais os passos que serão percorridos para atingir os objetivos propostos no projeto e quais as atividades que serão desenvolvidas para cumprir as metas propostas. (*máximo 1 página*)

RESULTADOS: Ao final do projeto quais os resultados esperados? (*máximo ½ página*)

METODOLOGIA: Como será a organização para realizar as atividades? Como as atividades serão realizadas? (*máximo 2 páginas*)

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Como será o acompanhamento da realização das atividades do projeto?

Como será feito o aferimento dos resultados das ações propostas no projeto?

Como será feita a verificação/avaliação dos resultados das atividades?

CONTINUIDADE: Quais as propostas de monitoramento e continuidade do projeto? (*máximo ½ página*)

Proposta de DEVOLUÇÃO SOLIDÁRIA

De que maneira os proponentes de projetos produtivos pretendem efetuar a devolução solidária dos recursos recebidos?

RELATÓRIOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

- O relatório de prestação de contas deverá ser acompanhado de Parecer da entidade que avalizou o projeto quando de sua apresentação para análise ao Conselho Gestor do FNS;
- O relatório de contas de projetos de formação e capacitação deve ser acompanhado de lista de presença dos participantes e de fotos dos eventos;
- O relatório de prestação de contas de projetos que propõem construção de obra civil deve ser acompanhado de fotos das várias da construção;
- O roteiro para prestação de contas será enviado junto com o contrato e também estará disponível no site www.caritas.org.br ou deverá ser solicitado nos e-mails projetos@caritas.org.br ou fns@caritas.org.br;
- A prestação de contas deverá ser efetuada no prazo máximo de até 06 (seis) meses após a execução do projeto e deverá conter: relatório descritivo e relatório financeiro acompanhado com cópias dos recibos e das notas fiscais.

ASSINATURAS

Local, data e assinaturas dos responsáveis.

ANEXO III

MODELO DE ORÇAMENTO

(O orçamento do projeto deve ser elaborado respeitando o exemplo abaixo):

- Apresentar no orçamento todas as despesas detalhadas, descrição dos gastos previstos com o projeto em sua totalidade, mesmo os que não venham a ser cobertos por este Fundo.
- É recomendável que o projeto apresente contrapartida (monetária ou não)

Atividade	Itens despesa	Unidade	Qt	Valor Unitário	Valor do Total	Solicitação FNS	Contrapartida FDS	Outras fontes
atividade 1	item 1							
	item 2							
atividade 2	"							
	"							
TOTAL								

Exemplo:

Despesas com compra de máquinas, equipamentos, construção (projetos produtivos)

Atividade	Itens despesa	Unidade	Qt	Valor Unitário	Valor Total	Solicitação FNS	Contrapartida FDS	Outras fontes
Construção de casa de farinha	Tijolos	Milheiro	10	400,00	4.000,00	2.000,00	2.000,00	
	Cimento	Saco	100	23,00	2.300,00	2.300,00		
	Areia	M ³	30	20,00	600,00	500,00		100,00
	Telha	Milheiro	5	400,00	2.000,00	1.500,00	500,00	
Aquisição Equipamentos	Prensa	Unidade	1	2.500,00	2.500,00	2.500,00		
	Moedor de mandioca	Unidade	1	5.000,00	5.000,00	3.000,00	1.000,00	1.000,00
Total					16.400,00	11.800,00	3.500,00	1.100,00

Despesas com Formação/Capacitação

Atividade	Itens despesa	Especificação	Qt	Valor Unitário	Valor Total	Solicitação FNS	Contrapartida FDS	Outras fontes
Seminário sobre Mudanças Climáticas	Hospedagem e alimentação	Pensão completa: café, da manhã, almoço, lanche e jantar	150	12,00	1.800,00	1.000,00	800,00	
	Locação de sala para evento	Diária	5	50,00	250,00			250,00
	Material didático	Apostilas	30	10,00	300,00	150,00	150,00	
Encontro de formação de agentes ambientais – 2 dias para 20 pessoas	Facilitador	Diária	2	60,00	120,00	120,00		
	Locação	Data Show	2	50,00	100,00			100,00
	Hospedagem	Diária	40	40,00	1.600,00	1.600,00		
Total					4.370,00	3.070,00	950,00	350,00

DETALHAMENTO DAS DESPESAS

ATIVIDADE	VALORES SOLICITADOS AO FES
Despesas com construção	6.300,00
Aquisição de equipamentos	5.500,00
Despesas com seminário/oficinas	3.070,00
Contrapartida FDS	4.450,00
Contrapartida Outras Fontes	1.450,00
TOTAL SOLICITADO AO FNS	6.570,00
TOTAL GERAL DO PROJETO	20.776,00